

Coerência.pt

NOTÍCIAS

MAIO a JUNHO 2017 :: Nº03

MUDANÇA DE CPD PARA CPDS

Garantir a **Coerência das Políticas para o Desenvolvimento** (CPD) é um compromisso consagrado no tratado de Lisboa. Com o passar dos anos, assistimos a um maior entendimento das pessoas sobre a importância deste compromisso, como se pode ver pela sua inclusão na Agenda 2030: transformar o nosso Mundo. No objetivo 17, meta 14 dos objetivos de desenvolvimento sustentável, o mundo fez um compromisso global:

Coerência de políticas e institucional

- :: Aumentar a estabilidade macroeconómica global, inclusive através da coordenação e da coerência de política;
- :: Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;
- :: Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Tendo a UE afirmado o seu total empenho no alcance de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reafirmou mais uma vez o compromisso com a PCD, nomeadamente o compromisso de ter em conta na definição das suas políticas os impactos das mesmas nos países em desenvolvimento. Mas na prática a UE tem sentido algumas dificuldades em tornar mais coerentes as suas políticas, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável.

Por exemplo, a sua política comercial atual induz os países em desenvolvimento para a liberalização dos seus mercados nos próximos anos e isso pode ter um impacto negativo nas indústrias que estão a despertar, bem como em outros setores económicos frágeis desses países.

Do mesmo modo, a política cada vez mais restritiva de migração, acompanhadas de fortes medidas de dissuasão de migração, não contribuirão decerto para a PCD. Em vez disso, mina a capacidade dos refugiados efetivamente reivindicarem o seu direito humano a proteção em países seguros. Também ignora os efeitos positivos que a migração pode ter no desenvolvimento. Ao adotar políticas que maximizem o potencial de desenvolvimento de migração, com foco em rotas seguras e legais para migrantes e refugiados, a UE encorajaria a migração circular que contribuiu para o "brain gain (ganho de cérebros)" em muitos países e asseguraria mais remessas desses migrantes, que representam três vezes mais do que o total da APD global.

O princípio da coerência política para o desenvolvimento ajuda-nos a perceber se estamos ou não a tirar com uma mão o que com a outra damos aos países em desenvolvimento.

Com a adoção da Agenda de 2030, a coerência das políticas para o desenvolvimento foi ampliada tanto em âmbito como em importância.

FICHA TÉCNICA

Equipa:: CIDSE - www.cidse.org :: FEC - www.fecong.org :: IMVF - www.imvf.org

Financiador:: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua - www.instituto-camoes.pt

Esta publicação foi produzida com o financiamento do Camões – ICL. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FEC e do IMVF e não pode, em caso algum, ser tomado como a expressão das posições do financiador.

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê "o" deve também ler-se "a" sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita. género também na escrita.



O conceito cresceu e mudou para se tornar "Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS)", e atraiu atenções exteriores ao setor de desenvolvimento. Da CPD à CPDDS temos de ter em atenção às seguintes questões:

1. Envolve as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável (social, ambiental, económico e governança)?
2. Tem um impacto positivo ou negativo na capacidade dos Estados-Membros da UE ou de outros países para alcançar o desenvolvimento sustentável?
3. Tem consequências para as gerações futuras?

O movimento de PCD para PCSD marca assim uma mudança significativa.

É um compromisso ambicioso. Abraçando os princípios básicos da agenda de 2030 significa quebrar a divisão Norte / Sul e olhar os desafios globais através da lente de longo prazo do desenvolvimento sustentável. Os esforços para a PCSD, portanto, não devem apenas minimizar os impactos negativos externos: eles devem visar fundamentalmente a mudança do sistema económico, social e político, de forma a que as futuras gerações possam viver num mundo livre da pobreza, de pleno respeito pelos direitos humanos e pelos limites do planeta, garantindo que ninguém é deixado para trás.

A natureza da Agenda de 2030 também exige que se preste maior atenção às interligações entre vários objetivos e políticas, em vez de tentar abordar cada problema individualmente. Para erradicar a fome (ODS 2), precisamos de ação climática (ODS 13) e gestão sustentável dos recursos hídricos (ODS 6). Para proteger os nossos oceanos e mares (ODS 14), precisamos de promover a agricultura sustentável (ODS2) e garantir padrões de consumo e produção sustentáveis (ODS 12). Esta interligação aliada a uma maior promoção da coerência poderá ser o enquadramento para uma ação mais eficiente e eficaz no processo de Desenvolvimento.

E em Portugal falamos de CPD ou CPDS?

Reconhecendo a importância fundamental da Agenda 2030 para um maior alinhamento da CPD aos princípios da sustentabilidade não podemos ignorar a [Resolução do Conselho de Ministros 82/2010](#) que reconhece "a importância de assegurar a coerência das políticas nacionais que afetem os países em desenvolvimento com a política de cooperação para o desenvolvimento." É esta a resolução que em Portugal nos dá um maior enquadramento político para continuar a advogar por políticas coerentes e justas. A Agenda 2030 irá decerto fortalecer a nossa ação, para que possamos evidenciar de forma cada vez mais eficaz a necessidade de garantir que no processo de desenvolvimento são as pessoas que estão no centro das nossas preocupações e que, por isso, é necessário assegurar uma maior coordenação, coerência e eficácia às políticas empreendidas.

O PAPEL DOS PARLAMENTOS

A Agenda 2030 reconhece que os Parlamentos desempenham um papel essencial para alcançar **os 17 objetivos propostos** (ODS), sobretudo através da implementação de legislação e na adoção de orçamentos, de forma a que tenham em conta o processo de desenvolvimento global e que, deste modo, sejam o garante do compromisso efetivo com a Agenda. Os membros dos Parlamentos Nacionais, bem como os do Parlamento Europeu têm um papel crucial de supervisão e, portanto, um dever acrescido de garantir a transparência, a responsabilidade e a inclusão das pessoas. Ao aprovar legislação ou aprovar orçamentos, os parlamentos devem garantir que os compromissos feitos pelos governos são colocados em prática. A equipa do projeto coerência.pt acredita que o papel do Parlamento Nacional pode ser muito reforçado na promoção efetiva do desenvolvimento e, como tal, irá apresentar, em breve, **uma petição pública** para garantir que o desenvolvimento volta a ser um tema dominante da agenda política.

FIQUE ATENTO!

COERÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO – ERRADICAR A POBREZA E PROMOVER A PROSPERIDADE

A agenda 2030 representa uma visão partilhada da nossa responsabilidade coletiva para o mundo que queremos ter. Pela sua natureza, em que os objetivos estão interligados e interrelacionados, alcançar os ODS significa uma maior coordenação entre todos os atores de desenvolvimento. Significa quebrar silos setoriais e reforçar as instituições para que possam garantir uma abordagem coerente entre as políticas que implementam.

A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (Sustentável) está consagrada no objetivo 17 meta 14, o que demonstra o empenho em promover de facto esta temática. Mas o alerta mantém-se e é preciso ir além das palavras. Assegurar a PCD como consagrada implica: i) existência de mecanismos para a promoção e aplicação da CPD; ii) interação de políticas e efeitos políticos.

Nos últimos anos, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) tem apostado fortemente na promoção da Coerência e tem divulgado relatórios sobre o tema. O último relatório “Policy Coherence for Sustainable Development 2017 - Eradicating Poverty and Promoting Prosperity” identifica desafios e boas práticas institucionais para melhorar a coerência das políticas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Leia o relatório clicando [aqui](#)

LINHA VERDE



a um clique de distância

cpdesenvolvimento.pt@gmail.com



LOCALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os governos locais e regionais em todo o mundo consideram a Agenda 2030 uma oportunidade única para desencadear uma verdadeira transformação universal. São os próprios que afirmam “estamos empenhados em contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através do nosso trabalho diário com o nível de governo mais próximo dos cidadãos.”

De facto, alcançar o ODS só será possível com a apropriação da agenda 2030 pelos governos locais e pela sociedade civil. Com esta convicção, as redes de cidades, comunidades locais e regionais estão a desenvolver sistemas de "localização" para contribuir para a consciencialização, alinhamento dos planos de trabalho, intercâmbio de aprendizagens, monitorização local e relatórios.

O relatório “[Os governos nacionais e subnacionais avançam na localização dos ODS](#)”¹ revela os primeiros passos que estão a ser desenvolvidos em mais de 30 países, incluindo Portugal.

Este documento mostra que:

:: Em 37 países, os governos locais e regionais participaram dos processos de consulta para a preparação dos informes nacionais para a ONU.

:: Em 27 países, os governos locais e regionais estão associados aos mecanismos de coordenação ou de consulta para a implantação e seguimento.

O relatório também expõe alguns dos desafios que os governos subnacionais enfrentam em relação ao contexto institucional e ao financiamento para garantir a localização dos ODS.

:: Em 19 países, é mencionado que a descentralização é fundamental para a execução dos ODS e em outros 11 é abordada a necessidade de fortalecer a governança local.

:: Em 25 países, foram indicados avanços efetivos na integração dos ODS aos planos ou estratégias locais, mesmo que em alguns países o processo ainda seja controlado pelo governo central.

Porque o Desenvolvimento é uma responsabilidade partilhada, todos temos um papel a desempenhar. Junte-se a nós na promoção de políticas coerentes e envie-nos o seu testemunho ou a sua análise aos temas do Desenvolvimento.

Fale-nos da sua experiência, daquilo em que participa, que ouve ou evidencia.

Para além de pequenos vídeos, pode enviar-nos fotos com uma pequena legenda em que evidencia a necessidade de se promoverem políticas coerentes.

cpdesenvolvimento.pt@gmail.com